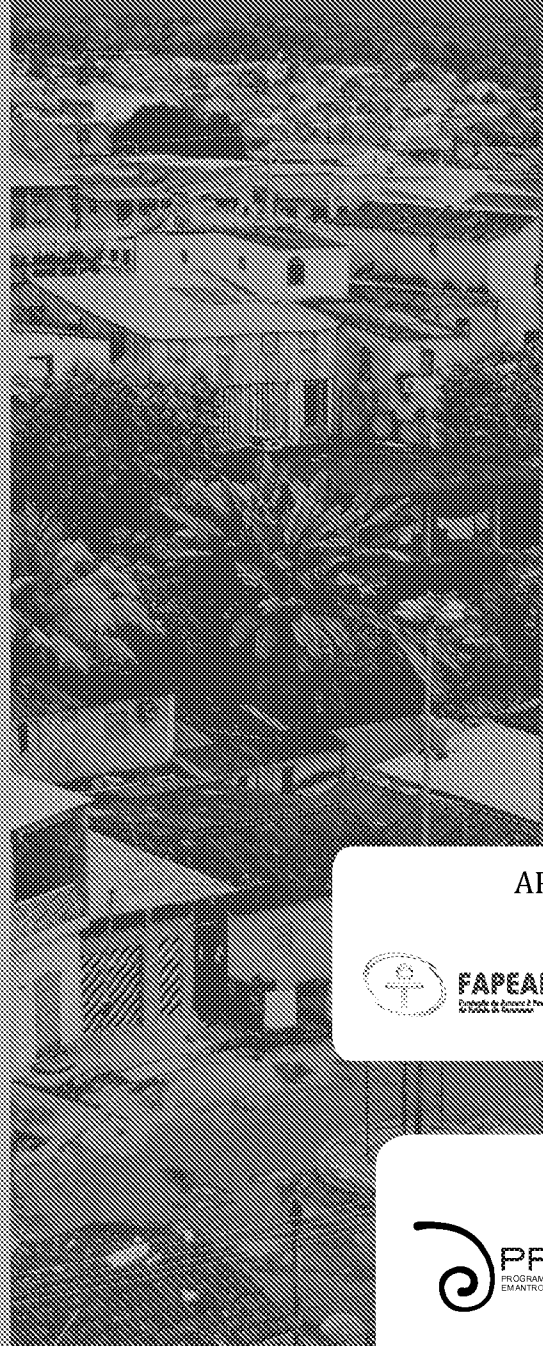


Os valiosos trabalhos, que hoje apresentamos nesta coletânea, e que publicamos através deste empreendimento que reúne duas prestigiosas editoras, a Editora da Universidade Federal do Amazonas e a Editora Nova Letra do Estado de Santa Catarina é consequência da realização do III Congresso Internacional de Estudos Socioespaciais acontecido na cidade de Manaus – Amazonas, Brasil, de 23 a 25 de novembro de 2011, na Universidade Federal do Amazonas. O mencionado evento constitui uma atividade regular da Rede de Estudos Socioespaciais – RESE, que agrupa mais de 15 universidades latino-americanas e europeias. A terceira edição do congresso da RESE focou como assunto de reflexão as cidades, as fronteiras e a mobilidade humana. O referido evento esteve sob a coordenação do Laboratório de Estudos Pan-amazônicos – Pesquisa e Intervenção Social – LEPAPIS vinculado ao Departamento de Antropologia e o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFAM, e contou com o apoio do nodo coordenador da RESE (com sede INER/UA/Colômbia), e de outras instituições associadas à rede que compuseram o comitê científico do congresso.



A consolidação de um “pensamento espacial”, tal como Edward Soja denominou, tem mostrado ser uma necessidade imperiosa em um mundo moderno, diversificado, cheio de mutações, de explosões e implosões que quebram as estruturas convencionais de produção dos espaços e provocam a emergência incessante de novas espacialidades. Na cidade de hoje, aparecem desordens múltiplas, formas incompreensíveis de luta que se colocam como absurdas espacialidades que recusam o enquadramento em moldes predispostos pela entelêquia espacial do planejamento urbano. Com as contradições suscitadas pelo crescimento econômico emergem espacialidades de fuga, formas criativas de reafirmar o direito à cidade que transgridem fronteiras e fazem com que os espaços vazios e obsoletos da área urbana cobrem sentido ao serem reclamados e apropriados como lugares de vida pelos sem-teto, migrantes, desempregados, apóstatas, libertários ou, simplesmente, excluídos.

APOIO



EDITORA



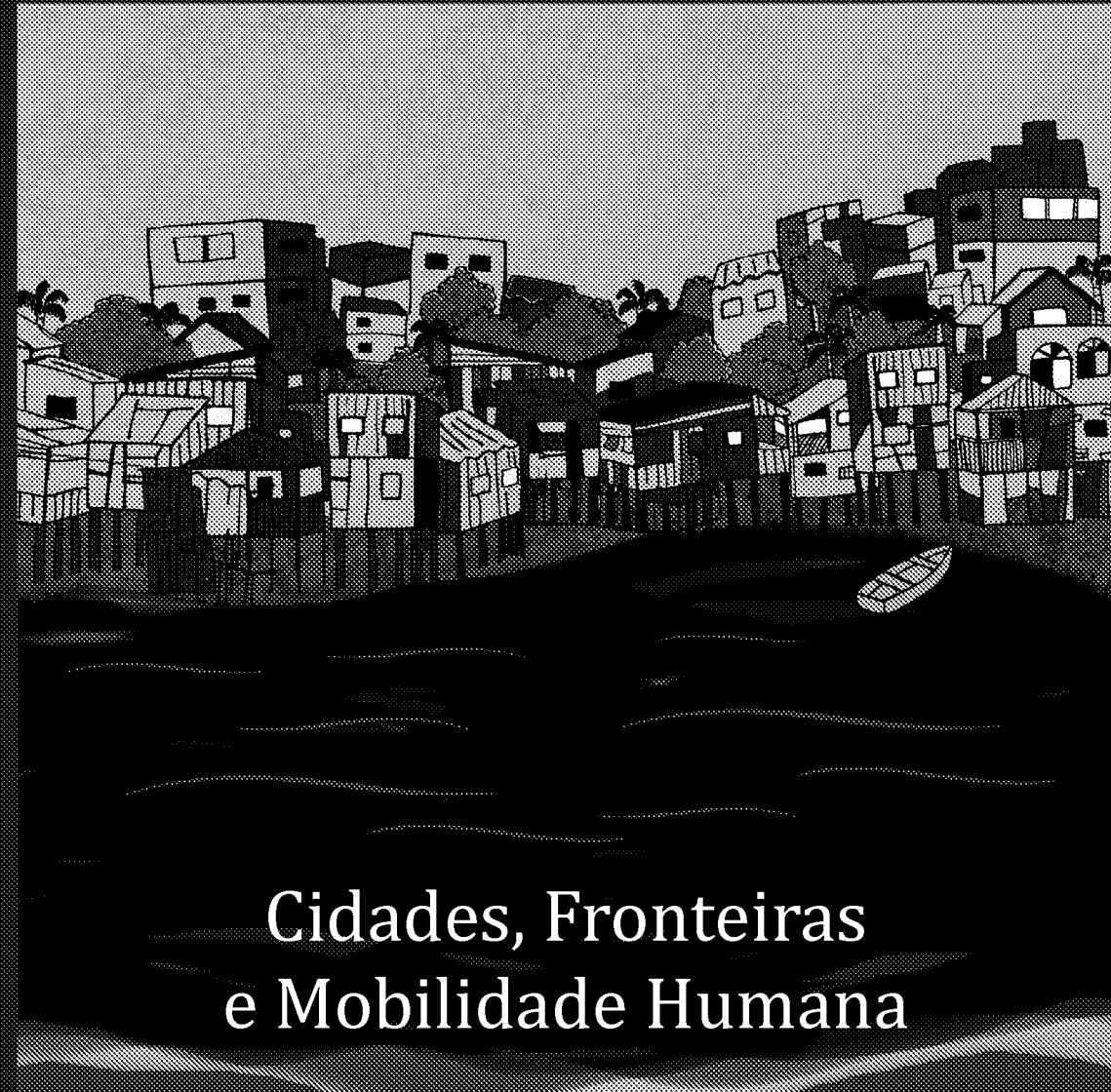
REALIZAÇÃO



DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DAN



OS ESTUDOS SOCIOESPACIAIS



Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana

Organizadores

José Exequiel Basini Rodriguez
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Vladimir Montoya Arango
Daniel Tavares dos Santos

Os estudos socioespaciais ancoram-se na comunicabilidade reflexiva de comunidades do pensamento e acadêmicas que desejam perspectivar a produção social dos espaços. Esse interesse teórico-metodológico inflecta na contemporaneidade sobre categorias de organização do mundo, como o espaço e o tempo, descreve o percurso e a convergência de áreas do conhecimento, na medida em que aporta novas perspectivas que frutificam em novos métodos, sujeitos a experimentação, ampliação de domínios e sistematizações, além das justificativas disciplinares. Considerase que a produção dos conhecimentos valida-se dentro dos processos de subjetivação, na qualidade relacional entre atores sociais, agências, tecnologias, redes, nós e enclaves. Ali, os contextos de enunciação são permanentes, enquanto as manifestações urbanísticas resultam de formas de habitar o espaço e de pensamento que supõem escolhas e também conflitos cartográficos ou “guerras de mapas” a respeito das formas de habitar e circular que os grupos de interesse atribuem-se em instâncias socioculturais e socioeconômicas decisivas.

Rodriguez, José Exequiel Basini.
Os estudos socioespaciais: cidades, fronteiras e mobilidade
humana / José Exequiel Basini Rodriguez; Márcia Regina Calderipe
Farias Rufino; Vladimir Montoya Arango; Daniel Tavares dos Santos -
Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2014.
207 p.

ISBN: 978-85-7401-778-5

1. Estudos socioespaciais 2. RESE 3. Manaus

OS ESTUDOS SOCIOESPACIAIS: cidades, fronteiras e mobilidade humana

José Exequiel Basini Rodriguez
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Vladimir Montoya Arango
Daniel Tavares Dos Santos
(ORGANIZADORES)

TÍTULO

Os Estudos Socioespaciais: Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana

ORGANIZADORES

Jose Exequiel Basini Rodriguez, Marcia Regina Calderipe Farias Rufino, Vladimir Montoya Arango, Daniel Tavares Dos Santos

CRÉDITOS DO CONGRESSO/CRÉDITOS DEL CONGRESO

Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana. Manaus. Brasil 23, 24, 25 de Novembro de 2011

Ciudades, Fronteras y Movilidad Humana. Manaus. Brasil 23, 24, 25 de Noviembre de 2011

COORDENADORES

José Basini, Marcia Calderipe y Raimundo Nonato Pereira da Silva. (U. Federal de Amazonas, Brasil)

COMISSÃO CIENTÍFICA/COMISIÓN CIENTÍFICA

José Basini (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Vladimir Montoya, (Universidad de Antioquia, Colombia)

Carlo Emilio Piazzini Suárez (Universidad de Los Andes, Colombia)

Carlos Tapia Martín (Universidad de Sevilla, España)

Nelson Matos de Noronha, (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Marcia Calderipe Farias Rufino. (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

COMISSÃO ORGANIZADORA/COMISIÓN ORGANIZADORA

Andre Zumak, Aquiles Pinheiro, Daniel Tavares, Emily Viera, , Israel Matos, Jose Basini, Kalinda F de Souza, Marcia Calderipe, Marcos Veras, Mauricio Schwade, Michelle B d e Paula, Rafael Amorim, Raimundo P da Silva, Regiane Magalhães, Rosilene Gomes, Taciana Magalhães, Tatiane Mota, Terezinha Amazonense, Thaline Fontes, Valentina Oliveira, Victoria Evia, Wender Araújo.

REVISÃO DO PORTUGUÊS

Enos Rodrigues

Emerson Gasperin

REVISÃO DO ESPANHOL

Ricardo Cadena Valdés

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Erika Tabiane

PRÓLOGO

A consolidação de um “pensamento espacial”, tal como Edward Soja denominou, tem mostrado ser uma necessidade imperiosa em um mundo moderno, diversificado, cheio de mutações, de explosões e implosões que quebram as estruturas convencionais de produção dos espaços e provocam a emergência incessante de novas espacialidades. Nelas (espacialidades), as sociabilidades apelam para códigos e âncoras diversas. A dinâmica expansiva da globalização econômica, juntamente com a primazia do capitalismo e o ajuste estrutural sob o regime neoliberal, têm provocado uma transformação espacial sem precedentes, tanto em partes visíveis – sejam elas paisagens, cidades, povos, edifícios ou infra-estrutura –, quanto em componentes mais intangíveis, mas essenciais à organização socioespacial – sejam eles memórias, saberes, práticas e/ou conhecimentos.

A cidade contemporânea é por si mesma um laboratório de tensões que busca dirimir o ordenamento territorial, a maioria das vezes em função das disposições e ideários do Estado-nação constrangido pela dinâmica de intervenção e exercício do poder provenientes de escalas supranacionais. A cidade-projeto se desvanece e incluso os ordenamentos hegemônicos mais obstinados tropeçam em meio a relações geopolíticas que põem em primeiro plano assuntos que escapam ao controle da “inteligência” estatal do antigo regime moderno. Na cidade de hoje, aparecem desordens múltiplas, formas incompreensíveis de luta que se colocam como absurdas espacialidades que recusam o enquadramento em moldes predispostos pela entelúquia espacial do planejamento urbano. Com as contradições suscitadas pelo crescimento econômico emergem espacialidades de fuga, formas criativas de reafirmar o direito à cidade que transgridem fronteiras e fazem com que os espaços vazios e obsoletos da área urbana cobrem sentido ao serem reclamados e apropriados como lugares de vida pelos sem-teto, migrantes, desempregados, apóstatas, libertários ou, simplesmente, excluídos.

Todo o anterior suscita a reflexão que convoca este Terceiro Congresso Internacional de Estudos Socioespaciais, motivado pela convicção de que a cooperação e o intercâmbio acadêmico são os caminhos viáveis para fortalecer a proposição de formas de pensamento pertinentes para a conformação de uma comunidade transdisciplinar e transnacional, ponto de partida para a transição a uma forma criativa de ação acadêmica na qual estão envolvidos os centros de investigação integrados na Rede de Estudos Socioespaciais.

Vladimir Montoya

SUMÁRIO

9 **INTRODUÇÃO**

17 **Los estudios socioespaciales: campo de tensiones y caminos recorridos**

Carlo Emilio Piazzini Suárez

39 **As metodologias socioespaciais e a descentralização do conhecimento. MAO-MON: Cidades em perspectiva**

Jose Exequiel Basini Rodriguez

66 **Relatos, trayectorias y estrategias habitacionales en el espacio barrial de las villas (favelas) de la Ciudad de Buenos Aires**

María Cristina Cravino

80 **Cidade Contemporânea, Cidade do Empresariamento: aspectos da produção socioespacial do urbano**

Manoel Rodrigues Alves; Cibele Saliba Rizek

94 **Em busca do habitar e do espaço do lugar**

Rakel Bozza Gomez

106 **Sobre socio-espacialidades, territorios y fronteras.**

L. Nicolás Guigou

119 **Lugares, utopias y paisajes de la desestabilizacion sobremoderna**

Jesus Oliva Serrano

124 **Espacios negativos: contra y anti como partículas reveladoras en el espacio.**

Carlos Tapia Martín

141 Los espacios subversivos. Refugios y oposiciones frente al poder establecido.

Marta López Marcos

154 La frontera del miedo global: proteger para ser

Natália De' Carli

163 Fronteras urbanas: el espacio público como espacio de reclusión

Mariano Pérez Humanes

185 La visibilización del conocimiento. Mapeado conceptual de redes de investigación.

Carmen Guerra de Hoyos y David Soria Pedraza

201 CURRÍCULOS DOS AUTORES

Los estudios socioespaciales: campo de tensiones y caminos recorridos

*Carlo Emilio Piazzini Suárez*¹

RESUMEN

Conferencia que luego ha sido convertido a texto de conclusiones y expectativas para el III Congreso RESE y la preparación del IV Congreso. Como nodo operador y principal responsable de la RED RESE, el profesor Piazzini desglosa los términos constituyentes que aglutinan a investigadores de distintas instituciones en cinco países, aporta presupuestos inequívocos para la futura organización y diserta al mismo tiempo sobre la problemática actual de los Procesos Socioespaciales.

Palabras claves: Procesos Socioespaciales, RESE, Decolonialidad, Espacio.

¹ Profesor asociado. Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia. Antropólogo de la Universidad de Antioquia y magister en historia por la Universidad Nacional de Colombia. Doctorando en historia en la Universidad de Los Andes

El Tercer Congreso Internacional de Estudios Socioespaciales, realizado en Manaus en noviembre de 2011, del cual se derivan los textos que componen el presente libro, hace parte de una dinámica de diálogo y trabajo conjunto cuyo motor es la Red de Estudios Socioespaciales-RESE. En este sentido, he considerado pertinente ofrecer en este texto algunas claves que permitan situar esa dinámica, tanto en lo que se refiere a las principales características que permiten definir el campo de los estudios socioespaciales como a la manera en que se ha venido conformando la Red.

En primer lugar es necesario señalar que no hablo *in abstracto* o desde ninguna parte. La postura que ofrezco es aquella que se ha venido elaborando al ritmo del diseño y consolidación de la Maestría en Estudios Socioespaciales de la Universidad de Antioquia, de las investigaciones del Grupo de Estudios del Territorio que la acompañan, de mi formación de posgrado en las Universidades Nacional de Colombia y de Los Andes y del diálogo con colegas que han avanzado en iniciativas afines de escritura, formación e investigación en España, Brasil, Estados Unidos y Colombia, quienes conforman los nodos de RESE. Tal lugar de enunciación, situado en la periferia pero no al margen de los centros de producción teórica de América del Norte y Europa, puede tener la virtud de advertir y propiciar reelaboraciones, debates y articulaciones a partir de diálogos y trayectorias académicas que, de otra forma, podrían quedar confinadas en tradiciones nacionales o continentales. Resulta cuando menos curioso que aquellos espacios en los que se conformó y desde donde se catapultó la figura de la voz académica que habla “desde ninguna parte” (SHAPIN, 1998: 1-8) como estrategia para otorgar autoridad epistemológica a un conocimiento “universal”, sean justamente aquellos en los cuales particulares trayectorias nacionales o regionales de producción de conocimiento dificultan a menudo el establecimiento de diálogos que trasciendan las geografías tradicionales de producción de conocimiento.

Walter Mignolo (2003) y otros teóricos de la decolonialidad latinoamericana, han planteado que desde los lugares fronterizos de enunciación se pueden ver los dos lados de la diferencia colonial: de una parte las dinámicas, protocolos y contenidos de los ámbitos académicos metropolitanos, y de otra, la manera en que los enfoques, teorías y metodologías allí producidas entran en tensión con los procesos, prácticas y saberes de las periferias. Pero es necesario advertir que el filo de navaja por el que transitan los pensamientos fronterizos no es fácilmente localizable en la diferencia entre el “primer” y el “tercer” mundo o entre regiones desarrolladas y en vías de desarrollo. La jerarquía epistémica funciona de conformidad con una topología más compleja que implica que, el “adentro” y el “afuera” se encuentren localizados tanto en

las geografías metropolitanas como en las periferias. Así entendido, ese caminar por las experiencias fronterizas puede generar condiciones apropiadas para la producción de pensamientos y diseños más pertinentes a las complejas realidades que se encuentran localizadas en medio de intersecciones locales, regionales y planetarias.

Hablo, pues, desde esos lugares de tan difícil tránsito, en los cuales se propician encuentros como el que nos convocó en Medellín en 2007, en Sevilla en 2009 y en Manaus en 2011, todos, a su manera, espacios situados en el borde de las redes primordiales del poder global, desde donde hacemos notar las diferencias, las contradicciones, las anomalías que representan esos espacios lisos, que en realidad lo que poseen es su propio estriamiento (sensu Deleuze y Guattari), el cual debemos comprender y hacer visible como condición para crear lugares, paisajes y territorios más equitativos y buenos para habitar.

1. LO SOCIOESPACIAL: UN CAMPO DE TENSIONES

La etiqueta de estudios socioespaciales no es convencional. No si se la compara con los campos que conforman el mapa disciplinar de los conocimientos modernos: geografía, antropología, sociología, arquitectura, historia, filosofía, etc. Pero esa comparación es tal vez inapropiada, puesto que la primera característica de los estudios socioespaciales es que son transversales, es decir, que se interesan por problemas de investigación que requieren muchas veces dejar las certezas de los territorios disciplinares y aún académicos para abrirse al diálogo y a la transformación subsecuente de nuestras miradas previas (PIAZZINI, 2004: 151-172). En este sentido, los estudios socioespaciales comparten con los estudios culturales esa convicción de que lo cultural –y para el caso, lo espacial- no son ámbitos de trabajo que se acomoden bien dentro de alguno de los compartimentos disciplinares, ni siquiera de la antropología que en cierto momento se había abrogado el derecho sobre lo cultural, o para el caso, de la geografía como proclamada ciencia de lo espacial.

De otra parte, resulta necesario diferenciar nuestra perspectiva socioespacial frente al campo de referencia que desde la década de 1980 se ha definido en el medio anglosajón como “enfoque socioespacial”, fundamentalmente orientado al estudio de las problemáticas urbano-regionales que

para su tratamiento exigen reconocer la interdependencia de los factores espaciales y sociales, así como la necesidad de adoptar para tal efecto tanto escalas locales como globales. En esta perspectiva Mark Gottdiener, en su trabajo sobre la producción social del espacio urbano, indicaba que “la importancia del enfoque sobre la producción social del espacio es que busca unificar los diversos campos del análisis urbano partiendo de la observación de que los problemas contemporáneos de la sociedad parecen estar crecientemente articulados como aspectos de naturaleza espacial” (GOTTDIENER, 1985; 1995: 19). Basado en la obra pionera de Henri Lefebvre, Gottdiener planteaba como concepto clave de una “nueva sociología urbana” que el espacio es tanto un medio de las relaciones sociales como un producto material que puede afectar las relaciones sociales (GOTTDIENER, 1993: 132).

Esta acepción de los estudios socioespaciales como ámbito de una sociología urbana es la que ha predominado en los medios anglosajones y ha sido exportada a otras geografías durante las dos últimas décadas. Pero aun cuando comparte con el enfoque socioespacial aquí propuesto una preocupación por analizar, de ida y de venida, las relaciones entre espacio y sociedad, así como el interés por las miradas ultiescalares, difiere de éste en dos aspectos: en primer lugar, porque la orientación promovida por Gottdiener es claramente disciplinar al delimitar el estudio de esas relaciones dentro del ámbito de la sociología y, en segundo lugar, porque se dirige fundamentalmente a la problemática urbano-regional, que, si bien es cierto constituye un área de investigación de gran relevancia, no agota, ni mucho menos, el abanico de tensiones y problemáticas que define el campo de acción desde una perspectiva no disciplinar de lo socioespacial.

Podemos decir que son las relaciones, no necesariamente de complementariedad sino sobre todo de tensión entre lo social y lo espacial, las que definen en primer lugar el campo de los estudios socioespaciales. Pero ambos términos de la ecuación son complejos, por lo cual no haríamos mucho diciendo que estamos reclamando mayor atención a los *espacios sociales*, como algo diferente de los *espacios físicos*. Hablar del “espacio social” es a menudo una salida fácil para un problema complejo, pues no se trata simplemente de decir que lo espacial posee una dimensión social, que es una suerte de representación o expresión superflua de lo que en el fondo es una cuestión física. Tampoco se trata de decir, como se hace a nombre de algunos enfoques constructivistas de última generación, que el espacio es siempre el resultado de interpretaciones sociales, prácticas discursivas y significaciones culturales.

Los estudios socioespaciales no deberían tomar partido por una u

otra de las vertientes positivistas o subjetivistas que fortalecen y reproducen el largo juego de oposiciones modernas entre lo natural y lo social. Es por ello que la apuesta de los estudios socioespaciales no se agota en una cuestión heurística o de método, en una operación de localización del campo de las espacialidades dentro de las parcelas de las ciencias sociales. Definitivamente no se trata simplemente de ganar el tema del espacio para el pensamiento social. Tampoco de la actualización de un determinismo espacial. En su lugar, se trata de realizar una deconstrucción del orden ontológico y epistemológico que subyace a los esquemas desde los cuales se han definido las categorías de espacio y sociedad, sus relaciones entre sí y los saberes que se han considerado autorizados para dar cuenta de esas entidades, como condición para avanzar en la edificación de nuevas ontologías y epistemologías de lo espacial. Y esta tarea se amplía y complica necesariamente con el análisis de las relaciones entre espacio y tiempo.

Como es bien sabido, Michel Foucault (1986) realizó una crítica temprana a la concepción del espacio como lo fijo, lo inerte, lo dado, por contraposición a lo dinámico, lo vivo y lo humano del tiempo y de la historia. Una buena genealogía de este primado del tiempo sobre el espacio ha sido realizada por José Luis Pardo (1992) encontrando en la tradición occidental del hermetismo y la interioridad, el origen de esa estrecha correlación entre alma, espíritu y tiempo, que determinó para las materialidades y el espacio un lugar secundario y acaso abyecto. David Harvey (1989), Milton Santos (2000) y Edward Soja (1989) han avanzado en la formulación de lo que serían esas nuevas ontologías y epistemologías en las cuales el tratamiento de lo espacial se realiza de manera simétrica a la cuestión del tiempo, y más ampliamente, comienza a introducirse la categoría espacio-tiempo para tratar la mutua interdependencia e incluso la desaparición de la diferencia entre esas categorías (HARVEY, 1990; MASSEY, 1999; MAY Y THRIFT, 2001; WALLERSTEIN, 1998).

Una tarea semejante es necesaria en relación con las categorías de sociedad y espacio. Mientras ha sido relativamente frecuente desnaturalizar la categoría de naturaleza (SMITH, 1994; 2008: 368-401), no ocurre lo mismo con el ejercicio paralelo de desnaturalización de “lo social”, categoría en relación con la cual se han desarrollado tesis básicas sobre el espacio como producción social (LEFEBVRE, 1991). No obstante, existen indicios que permiten plantear que dicha tesis no conduce en última instancia a sostener que el espacio es simplemente una expresión de las dinámicas sociales, sino que las espacialidades pueden llegar a provocar determinadas dinámicas sociales. La producción social del espacio, operando mediante una dialéctica

que comprende los espacios percibidos, concebidos y vividos, no se refiere tanto a la imagen de instituciones, grupos sociales o sujetos que produce espacios como consecuencia de su existencia, funcionamiento, necesidades o intenciones, sino a diferentes prácticas espaciales que son tanto el resultado como la causa de las dinámicas sociales.

El riesgo de reducir lo espacial a una simple expresión o epifenómeno de lo que en el fondo sería una cuestión política, económica o cultural fue advertido por Lefebvre cuando planteó el problema de las ilusiones de opacidad y transparencia. Mientras la ilusión de opacidad hace referencia a aquellas miradas propias del materialismo mecanicista o naturalista, que han considerado el espacio como algo natural y dado que podría ser comprendido mediante un lenguaje científico neutral que habla como si fuese la voz de la naturaleza, la ilusión de transparencia, propia de las filosofías idealistas, se refiere a aquellas otras miradas que han puesto el acento en los espacios mentales como instancia desde la cual se puede dar cuenta de la lógica esencial que rige todas las expresiones espaciales (LEFEBVRE, 1991: 28).

Vale la pena detenerse un momento en este ámbito de los espacios mentales, por cuanto ha sido desde esta concepción que muchos de los discursos elaborados desde las ciencias sociales y humanas han tratado la cuestión del espacio. La presunción fundamental es aquí que “una realidad encriptada se vuelve inmediatamente descifrable, gracias a la intervención, primero del discurso y luego de la escritura”, con lo cual “el fetichismo del mundo de las palabras, o la ideología del discurso, son reforzadas por el fetichismo y la ideología de la escritura” (LEFEBVRE, 1991: 28). Aquí Lefebvre está advirtiendo sobre el logocentrismo de la filosofía y las ciencias en Occidente, y el riesgo que tiene el que, en nombre de la importancia del lenguaje, el discurso, la escritura y la comunicación, se concluya que lo que no puede ser abarcado por las prácticas discursivas, o bien no existe o para todo efecto práctico resulta insignificante.

Desde una postura crítica del logocentrismo no se desconoce que el lenguaje de la ciencia dista mucho de ser una reproducción fiel de la realidad. Por el contrario, se acoge en principio la tesis básica del giro lingüístico, según la cual el lenguaje, lejos de ser un simple medio de comunicación, interviene él mismo en la producción de realidades. Pero el asunto aquí es hasta dónde se puede llevar esa tesis sin caer en un fetichismo lingüístico que finalmente plantea que el mundo es sólo lo que se puede decir (o escribir) sobre él. Ello sería un nuevo solipsismo que, como lo hace notar José Luis Pardo (1992), implica el cierre del pensamiento a las exterioridades, la clausura de las miradas doctas ante lo que ebulle por fuera del lenguaje.

Edward Soja (1989) ha reelaborado la dupla opacidad/transparencia de Lefebvre, empleando una metáfora que contrasta las miradas miopes e hipermetropes del espacio, señalando que mientras la primera quisiera detenerse en las superficies y extensiones cuantificables y medibles del espacio físico, la segunda corresponde a aquella que en la búsqueda por explicar las espacialidades las penetran, desmaterializan y traspasan para encontrar, en última instancia, que éstas se deben a modelos mentales que residen en los ámbitos psicológicos, sociales o culturales, frente a los cuales, las espacialidades son sólo manifestaciones, re-presentaciones o epifenómenos. Este es el lugar de no pocos antropólogos, sociólogos y lingüistas que han hecho del espacio nada más que una construcción simbólica y discursiva, con lo cual retornan de alguna manera al solipsismo kantiano.

La dialéctica espacial de Lefebvre busca superar esa larga oposición entre espacios físicos y mentales al considerar un tercer término: el espacio vivido, que no obstante no anula los anteriores. Las percepciones del espacio físico y las concepciones del espacio, aun cuando no permiten dar cuenta integral de las espacialidades, hacen parte de la producción social del espacio, lo cual se hace visible en ese tercer momento de los espacios vividos. Con ello, se reconocen dos asuntos fundamentales: primero: que las percepciones y concepciones del espacio como una entidad “natural”, son en realidad producciones sociales, y segundo, que las elaboraciones discursivas del espacio tienen un límite y que por lo tanto no pueden pretender reemplazar las espacialidades por su representación en el mundo del lenguaje. No obstante, prevalece aquí un problema y es que el ámbito “social” del espacio como producción parece darse por sentado y no requerir, como en el caso de lo “natural”, una explicación.

Así, aun cuando la concepción de lo social en Lefebvre no es convencional, pues el espacio no se reduce por una parte a lo que se pueda decir de él, y por otra parte se reconoce que las espacialidades mismas pueden transformar las dinámicas sociales, es necesario avanzar hacia una mayor precisión de lo que se entiende por “lo social” en el enunciado básico del espacio (social) como producción (social). Una perspectiva que puede contribuir en esta tarea está en reconceptualizar lo social, no como una categoría dada que antecede lo espacial mismo, sino como una entidad que emerge en determinadas situaciones de relacionamiento/distanciamiento entre actores humanos y no humanos. Por ejemplo, Bruno Latour ha efectuado un ejercicio en esta dirección, indicando en primer lugar que las categorías de naturaleza y sociedad emergen en el proceso de purificación mediante el cual el pensamiento moderno ha pretendido separar lo humano de lo no humano,

pese a la proliferación de híbridos que no se acomodan bien en ninguna de esas dos categorías (LATOURE, 1993). Segundo, que una re-significación de lo social desde su acepción de “socius”, como alguien que está siguiendo a alguien más, un seguidor, un asociado (LATOURE, 2005: 108), introduce una perspectiva diferente de la sociedad, desde la cual ya no se trata de identificar relaciones de causalidad entre un fenómeno y las fuerzas sociales (económicas, políticas, ideológicas, culturales) que lo producen, sino entre actores que devienen como tales en la medida en que se relacionan entre sí. Por lo tanto, estas asociaciones resultantes no explican lo social, sino que deben ser explicadas: “no hay sociedad, no hay dominio social, no hay relaciones sociales, sino traducciones entre mediadores que pueden generar asociaciones detectables” (LATOURE, 2005: 108).

Entonces, pese a que los académicos y los políticos hacen a menudo como si en efecto existiera una naturaleza de lo social, como si el mundo estuviera dividido entre lo natural y lo social, estos no son dominios dados de la realidad. En el medio académico, antes de iniciar una investigación, antes de elegir un campo del conocimiento en el cual formarse o en el cual desempeñarse, se parte a menudo de la existencia indiscutida de una parcela natural o social del mundo en donde esos ejercicios deberían inscribirse. Entonces somos científicos naturales o sociales. Pero ¿qué pasa si lo que uno quiere conocer, comprender o explicar se localiza en medio de esas parcelas, en el territorio fronterizo en donde habitan aquellos híbridos que son vástagos del pensamiento dual de la modernidad? ¿Qué hacer si lo que se quiere es abordar las espacialidades conformadas simultáneamente por la relación entre materialidades, y prácticas discursivas y no discursivas? ¿Qué camino tomar si de lo que se trata es de explicar la manera en que las tecnologías se ensamblan con los cuerpos y dispositivos cibernéticos, o cómo agencian la existencia simultánea e interdependiente de lo físico y lo virtual? ¿Cómo afrontar, en fin, aquellas realidades en donde las voluntades, las conciencias y los afectos humanos, en lugar de resultar determinantes, se encuentran mediados, afectados o por lo menos son tan importantes como aquellas otras existencias que, perteneciendo al ámbito de lo no-humano, resultan no obstante ejerciendo una agencia en el mundo?

La respuesta puede estar justamente en aquellos pensamientos y diseños fronterizos, que tienen lugar en los intersticios de las cartografías disciplinares y los bordes de los pensamientos metropolitanos. Allí es donde se sitúan los estudios socioespaciales. En general, teniendo en cuenta una crítica simétrica de lo natural y de lo social como dominios dados y preexistentes en virtud de los cuales se ha pretendido explicar el espacio, pero también el

tiempo y las materialidades como simples subproductos, expresiones o reflejos de esos dominios, es necesario reconocer entonces que el ámbito de los estudios socioespaciales demarca menos un área de trabajo sobre el espacio como categoría social, que un campo en el que se localizan relaciones problemáticas entre espacio (materialidades) y sociedad (tiempo).

Así entendidos, los estudios socioespaciales se encargan no sólo de llamar la atención acerca de la importancia de incorporar las espacialidades en el ejercicio de comprender las realidades pasadas y contemporáneas, sino también de repensar las cartografías disciplinares y comprender las geografías del conocimiento. En esta tarea se impone, consecuentemente, una reconceptualización de categorías que tradicionalmente han estado ligadas a la geografía, tales como territorio, lugar, localización, red, paisaje, región, escala, frontera y urbe, entre otras, tratándolas como formaciones espaciales específicas que deben ser comprendidas simultáneamente en sus aspectos materiales y discursivos.

Otra apertura se hace en la perspectiva de un tratamiento nuevo de las categorías del tiempo. La máquina de producción de espacios que ha descrito Lefebvre en su ejercicio dialéctico, da pie para concebir así mismo una máquina del tiempo. Ya no aquella que, como en H. G. Wells viaja por un tiempo dado, cronológico y lineal desde el pasado hacia el futuro, sino aquella que produce mediante sus engranajes, determinadas formaciones temporales. Entre ellas, la historia, la memoria, la planeación y las modas constituyen dispositivos que sirven al ordenamiento de las percepciones del devenir de los sujetos y las instituciones. Pero esta apertura no estaría completa si no se involucraran las categorías espaciales en el asunto, para poder en última instancia hablar de espacio-tiempo.

Así, desde los estudios socioespaciales se comienzan a trabajar en una perspectiva diferente, crítica y más integrada los modelos de planeación y ordenamiento territorial, urbano y regional, así como prácticas sociales e institucionales relacionadas con las memorias y la consagración de los patrimonios. Incluso la forma en que las hibridaciones tecnológicas y cibernéticas, así como la destrucción creativa de las modas, nos hacen percibir que vivimos en un “tiempo real” o creer que el tiempo es ahora más veloz que antes. Por lo demás, resultan absolutamente pertinentes los ejercicios en torno a la comprensión de los procesos de configuración geohistórica de lugares, regiones y territorios, las geobiografías y más ampliamente las geografías del tiempo y de la historia.

2. LA RED DE ESTUDIOS SOCIOESPACIALES: CAMINOS RECORRIDOS

Así entendida, la agenda de trabajo para las investigaciones que se propician desde los estudios socioespaciales es muy amplia. Una muestra representativa del camino recorrido hasta ahora, lo constituyen la serie de seminarios y congresos en los que se ha ido conformando la Red de Estudios Socioespaciales. En 2004, se realizó el congreso *(Des)territorialidades y (No)lugares* en Medellín, suscitado por la apertura de la Maestría en Estudios Socioespaciales que desde el Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia se venía diseñando un año atrás. En él participaron conferencistas que venían trabajando de forma independiente temas pertinentes en España, Brasil, Venezuela, Estados Unidos, Escocia y Colombia (HERRERA Y PIAZZINI, 2006). El tema definido para el evento puede ser considerado como una prueba de fuego: cómo justificar la pertinencia y relevancia de los estudios socioespaciales en presencia de tesis acerca de la muerte de los espacios de la mano de la globalización del capital, la cultura y la información.

El título *(Des)territorialidades y (No)lugares*, quería poner en duda dos pares de oposición referidos a nociones que se han vuelto lugares comunes en la literatura social de las últimas décadas. Ideas de territorio y lugar antecedidas por prefijos que denotan negación o deconstrucción, los cuales no obstante fueron puestos entre paréntesis para extender el debate, desde los conceptos positivos, también hacia la negación de los mismos. En última instancia, este juego de palabras quería desnaturalizar tanto las ideas de territorio y lugar como su negación por parte de tesis que pretenden de forma implícita o explícita dar a entender la muerte o paulatina desaparición de los territorios y los lugares en las dinámicas contemporáneas de globalización. De acuerdo con éstas últimas tesis, podría decirse que frente a los lugares tradicionales estaban emergiendo no-lugares globalizados, mientras que la soberanía y las fronteras estatales estaban siendo desterritorializadas de la mano de flujos migratorios e integraciones económicas a gran escala.

Pero en las diferentes conferencias se puso de manifiesto que dichas percepciones se debían fundamentalmente al contraste entre viejas y nuevas concepciones espaciales, más que a la muerte efectiva de las dinámicas espaciales. En efecto, concepciones antropológicas de lugar como espacio cerrado, eran las que habían habilitado planteamientos como el de Marc Augé (2000) al hablar de “no lugares”, mientras que concepciones del espacio reducidas al factor de la fricción por distancia o del territorio y las fronteras como es-

pacialidades de contenido y demarcación de la soberanía estatal, eran las que permitían hablar a otros autores de procesos de desterritorialización, deslocalización y muerte de los espacios y de la geografía por efecto de la velocidad del mundo contemporáneo y los flujos de comunicaciones, especialmente los de tipo virtual (VIRILIO, 2000).

Con todo, era preciso reconocer que las dinámicas de producción de espacialidades estaban sufriendo profundas transformaciones en las últimas dos o tres décadas. Incluso en la hipótesis de que los espacios territoriales se refirieran fundamentalmente a los estados nacionales, éstos, sin pretender que transitaran hacia una disolución, sí han venido experimentado un cambio notable en su funcionalidad respecto al bienestar de las poblaciones, su papel en la regulación de la economía y su participación en la geopolítica internacional (AGNEW, 1994: 53-80).

La idea de constituir una red que propiciara encuentros y relaciones entre estudiosos de la cuestión socioespacial surgió en el Primer Seminario Internacional de Estudios Socioespaciales, realizado en 2007 también en Medellín. Esta vez, la convocatoria se hizo con el propósito de analizar la cuestión de las relaciones entre espacio y poder (PIAZZINI Y MONTOYA, 2008). Una reconceptualización de la geopolítica, que atendiendo a lo planteado por John Agnew (2003) y Gearoid Ó Thuatail (1998), no se limita a los análisis tradicionales sobre tensiones políticas, diplomáticas y militares entre Estados o bloques internacionales, sino que trasciende hacia el tratamiento de otras formas de jerarquización y manejo político de las diferencias espaciales, permitió una apertura a varios análisis acerca de la potencia de los espacios. En este tránsito desde lo que sería la Geopolítica hacia las geopolíticas a cualquier escala (los territorios, los cuerpos, las memorias, los conocimientos), las espacialidades fueron abordadas como agentes relevantes para la definición y transformación de las relaciones de poder y no sólo como dispositivos que reproducían relaciones de poder que las antecedían. También se realizaron sugestivas articulaciones entre los estudios socioespaciales y elaboraciones recientes sobre geografías del conocimiento (AGNEW, 2007: 138-148), geopolíticas del conocimiento (MIGNOLO, 2002: 56-96), y sobre biopolítica y eopolítica (CAIRO, 2008: 71-88; LEFF, 2006: 21-39).

En esta ocasión, entre conferencistas que venían trabajando en Estados Unidos, México, España y Colombia y en comunicación con quienes habían participado en la reunión de Medellín en 2004, se propuso la definición de unos nodos iniciales para la conformación de la Red, correspondientes a departamentos universitarios o centros de investigación. El objetivo se orientaba

a desarrollar conjuntamente programas, proyectos y actividades académicas, investigativas, de docencia y divulgación, que contribuyeran de manera explícita a la formación y conocimiento en materia de las múltiples relaciones que vinculan los procesos espaciales y las prácticas sociales. Como temas centrales de trabajo estaba dar continuidad a los seminarios o conferencias internacionales cada dos años y la creación de una revista de estudios socioespaciales.

En cuanto al primer propósito, el grupo Out_arquías de la Universidad de Sevilla, liderado por Carlos Tapia, organizó el Segundo Congreso Internacional de Estudios Socioespaciales, realizado en Sevilla en 2009. Esta vez la convocatoria fue provocada a propósito del tratamiento del territorio como “demo”, es decir, como “acto” que se produce y que a veces quisiéramos borrar oprimiendo la tecla “deshacer” (GUERRA, PÉREZ Y TAPIA, 2011). Sin embargo, como se mencionaba en la convocatoria:

Que el territorio sea un acto, casi innombrable, una acción, por su conciencia y necesidad, tampoco lo libra de ser espuriamente reconocido. Al territorio lo hicimos mapa y pretendimos que al modificar éste, aquel obedeciera. Lo hicimos paisaje y nos excluimos de poder estar dentro. Lo hicimos red y nos atrapó dentro. Ni dentro ni fuera, sólo podíamos ordenarlo, nombrarlo, para ver si alguna vez nos localizábamos en él. Y en la búsqueda del curso de nuestros pasos lo hicimos re-curso. Como no lo encontramos, nos olvidamos de qué buscábamos y creímos que los recursos eran inagotables con tal de seguir buscando. Y de pagus, que era un trozo de tierras para cultivar, nos inventamos página, que era un trozo de papel para hacerlo propiedad. (III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SÓCIOESPACIAIS, 2011: 1)

También empleando la metáfora de demo como “piloto” o “demostración”, se trabajaron algunas apuestas desde el pensamiento socioespacial que ya no podrían ser calificadas de u-topías: avanzar en el mapeo de geografías del conocimiento, en el re-ordenamiento de las jerarquías espaciales del poder y la crítica de la inequidad territorial. Asimismo, Sevilla no sólo fue la sede del congreso sino también el espacio en donde se pusieron en marcha laboratorios urbanos con participación de los asistentes, de tal suerte que las problemáticas y apuestas del evento conversaron con las territorialidades urbanas.

Es importante anotar que de forma paralela a las actividades propiciadas desde la Universidad de Antioquia en Colombia, en España se venían estableciendo por lo menos desde 2005 iniciativas afines por parte de la Universidad de Sevilla, la Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED y la Universidad de Navarra, en la perspectiva de explorar la posibilidad de poner en marcha un programa conjunto de posgrado en estudios socioespaciales. Varias reunio-

nes tuvieron lugar en Madrid y Sevilla a esos propósitos, entre las cuales cabe destacar el Seminario titulado *El presente de los Procesos Socioespaciales, soportes para lo común e identitario*, realizado en Sevilla en 2008 bajo la coordinación del grupo Out_arquías (GUERRA, PÉREZ Y TAPIA, 2009).

El grupo Out_arquías constituye un nodo muy importante de la Red, en cuanto ha diseñado y administra la página web de RESE <<http://redrese.wordpress.com>> a cargo de Carlos Tapia, ha elaborado un mapa de las publicaciones de la Red efectuadas entre 2007 y 2011 (GUERRA, 2011) y ha promovido publicaciones sobre temáticas relacionadas con el tema socioespacial (GUERRA, PÉREZ Y TAPIA, 2012).

De otra parte, Heriberto Cairo de la Universidad Complutense de Madrid logró poner en marcha en 2010 una publicación seriada de carácter semestral titulada *Geopolítica(s) Revista de estudios sobre espacio y poder*. En el editorial se plantea que el propósito de la misma es

Publicar artículos originales e inéditos de investigadores, dando preferencia a trabajos que aporten una contribución teórica o metodológica genuina al estudio de la relación entre espacio y poder, especialmente en América Latina y los países ibéricos. Para ello publicará artículos procedentes de varios de los campos de investigación propios de la Geografía Política y de las demás ciencias sociales en tanto desarrollen una perspectiva espacial de análisis. Así mismo, *Geopolítica(s)* aboga por el pluralismo científico, tanto en lo que se refiere a ámbitos de investigación de la Geografía Política, como a perspectivas epistemológicas, metodológicas y técnicas. (Rev. *Geopolítica(s)*, 2010: 11-13)

La presencia en el congreso de Sevilla de colegas de Brasil, Estados Unidos, España y Colombia, fortaleció la idea de la Red de Estudios Socioespaciales, que ahora se proyectaba hacia la realización del Tercer Congreso en Manaus, organizado por José Basini y sus colegas de la Universidad Federal del Amazonas, cuyos resultados son presentados en este libro. El evento, realizado en 2011, bajo el título *Ciudades, Fronteras y Movilidad humana*, fortaleció la propuesta de los laboratorios urbanos iniciada en Sevilla, con lo cual los eventos de la Red tienden a complementar los espacios académicos con las vivencias que tienen lugar en las ciudades en las que éstos se realizan. Esta vez la temática giró en torno a las transformaciones de los espacios urbanos y fronterizos, asociados a los movimientos de población. En la convocatoria al congreso se planteaba que:

Las ciudades contemporáneas son por sí mismas un laboratorio de tensiones que busca dirimir el ordenamiento territorial, la mayoría de las veces en función de las disposiciones e idearios del estado-nación, constreñido por la dinámica de intervención y ejercicio de

poder proveniente de escalas supranacionales. La ciudad-proyecto se desvanece e incluso los ordenamientos hegemónicos más acérrimos se tambalean en medio de relaciones geopolíticas que han puesto en primer plano asuntos que escapan al control de la “inteligencia” estatal del antiguo régimen moderno. En la ciudad de hoy, aparecen desordenes múltiples, formas incomprensibles de lucha que se antojan como absurdas espacialidades que se resisten a encajar en los moldes predispuestos por la entelequia espacial del planeamiento urbano. Con las contradicciones suscitadas por el crecimiento económico emergen espacialidades de fuga, formas creativas de reafirmar el derecho a la ciudad que trasgreden las fronteras y hacen que los espacios vacíos de la trama urbana cobren sentido al ser reclamados y apropiados como lugares de vida por los sin techo, migrantes, desempleados, apóstatas, libertarios o, simplemente, excluidos. (III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SÓCIOESPACIAIS, 2011: *passim*)

Las dinámicas urbanas incorporan cada vez más factores económicos, políticos y culturales que escapan a la lógica de ordenamiento estatal, ya sea por incidencia de procesos de globalización del capital, por los efectos inesperados y muchas veces perversos que éstos producen en los espacios urbanos o por formas de ajuste y resistencia de carácter local que de manera espontánea o planeada buscan mantener o crear nuevos sentidos de lugar. A lo anterior se suma que en la dinámica de crecimiento de las ciudades, las movilidades, debidas tanto a flujos de migración internacional como nacional, constituyen un reto enorme, en la medida en que representan la incorporación de lógicas diferentes de apropiación del espacio que pueden entrar en tensión o articularse con las percepciones y conceptos locales. El espíritu de la planeación urbana que orienta las actuaciones de las autoridades locales requiere entonces reconocer y comprender esos otros imaginarios de ciudad, esas otras arquitecturas que los migrantes llevan consigo, como condición para hacer de la ciudad un lugar incluyente. De lo contrario, las fronteras que tradicionalmente habíamos concebido como límites entre entidades políticas y culturales que transcurrían por espacios exteriores a las ciudades, se estarían estableciendo al interior de éstas, para demarcar, ya no las soberanías nacionales sino las inequidades y exclusiones territoriales urbanas.

La pertinencia y urgencia de pensar y actuar en relación con los temas que propuso el congreso de Manaos, se hace visible si tenemos en cuenta que de acuerdo con las estadísticas de las Naciones Unidas, a partir de 2011 más de la mitad de la población mundial, calculada en unos 7.000 millones de habitantes, vivirá en espacios urbanos (UNFPA, 2011). Las ciudades globales, entendidas como aquellas más populosas y mejor interconectadas, que ayudan a establecer los programas mundiales, que estarían en condiciones

de enfrentar los peligros transnacionales y sirven como centros de integración mundial (FOREIGN POLICY, 2008) seguirán creciendo de manera importante, implicando mayor conurbación. Para Latinoamérica y España este efecto se espera con toda seguridad para Ciudad de México, Sao Paulo, Madrid, Buenos Aires, Bogotá y Caracas, pero de acuerdo con un informe reciente de las Naciones Unidas, sobre estado y tendencias de crecimiento urbano (UNFPA, 2007), en donde más crecerá la población urbana en las próximas décadas no es en las megaciudades sino en las medianas y pequeñas urbes. En ese sentido, y para poner un ejemplo, Manaus, Sevilla y Medellín estarían entre las ciudades con mayor crecimiento en los años siguientes, con los efectos que, es de imaginar, tendrá ello en relación con sus regiones. Más que ciudades, serán regiones dependientes de conglomerados urbanos, con una huella ecológica enorme sobre las mismas. Ello desafía la forma, no sólo de hacer la planeación urbano-regional, sino la política, las cuales han girado durante décadas, bien en torno al paradigma de hacer de los pueblos y ciudades “grandes ciudades”, o bien tras la búsqueda del crecimiento económico sin calcular la dimensión espacial que ello implica. Sería necesario que cada vez más los programas de gobierno se trazaran sobre la base de un ideario menos u-tópico (a-espacial), situando la problemática espacial en todas su complejidad en el centro de las agendas políticas. Son necesarias alianzas regionales basadas en acuerdos programáticos entre movimientos políticos de diferentes territorios para dar tratamiento a las múltiples dinámicas espaciales que trascienden las fronteras locales.

De otra parte, es importante decir que, de acuerdo con los mismos estudios (UNFPA, 2007), la tendencia general de crecimiento de la población urbana a nivel planetario no está ligada a la inmigración como factor preponderante. La reproducción de la población local sigue siendo la causa principal del crecimiento demográfico en las ciudades, sobre todo en los países con economías emergentes. No obstante, es preciso llamar la atención sobre dinámicas específicas, como la española y la brasileña, en donde la inmigración de personas extranjeras sí ha sido un factor importante del crecimiento urbano. Lamentablemente también tenemos que hacer una salvedad para Colombia, cuyos índices de desplazamiento forzado por efecto de la guerra y las violencias están entre los primeros del mundo (IDMC, 2011).

Otro fenómeno que se ha desatado en los últimos años, ligado al crecimiento de la población mundial y la globalización del capital, se refiere al usufructo, en calidad de renta o compra, de grandes extensiones de tierra productiva, sobre todo en países africanos, por parte de empresas o gobiernos de otros países, entre los cuales se destacan algunos con econo-

mías emergentes y altos índices de población como China, India, Corea y los países del Golfo Pérsico, pero también tienen una participación importante en las inversiones norteamericanas y europeas. Esta estrategia, que hace un gran negocio con el cubrimiento de la demanda por alimentos y biocombustibles de unas regiones del planeta a expensas de la seguridad alimentaria de otras, cubría en 2009 aproximadamente 60 millones de hectáreas (OAKLAND INSTITUTE, 2011). Esta situación, que ha estado precedida por la creciente explotación de recursos naturales (sobre todo petróleo y minerales) por parte de empresas estatales o privadas en países diferentes a los de su domicilio, resulta aún más preocupante porque se trata del suelo y los alimentos que son a menudo, la fuente única de subsistencia de las comunidades locales. Recientemente, en Latinoamérica se han encendido las alarmas frente al interés de inversionistas norteamericanos y europeos por adquirir o alquilar grandes extensiones de tierra para esos mismos propósitos, e incluso, en relación con el riesgo de que Brasil, como la economía emergente más importante y el país más poblado de la región, esté haciendo lo propio en su vecindario.

Es en relación con estas y otras realidades contemporáneas, que las temáticas tratadas en el congreso de Manaos resultan pertinentes para aportar, desde los estudios socioespaciales análisis, reflexiones, diálogos y comunicaciones como base para promover alternativas y soluciones.

El congreso de Manaos ha partido de la “convicción de que la cooperación y el intercambio académico son el camino viable para fortalecer la proposición de formas de pensamiento pertinentes para la conformación de una comunidad transdisciplinar y transnacional, punto de partida para la transición a una forma creativa de acción académica en la que estamos involucrados los centros de investigación integrados en la Red de Estudios Socioespaciales”. De allí la importancia de ampliar y fortalecer la Red que aún se ofrece como una iniciativa precaria en términos de su cobertura, la solidez de los vínculos entre sus nodos y el campo de acción que todavía se encuentra muy restringido a lo académico. En la parte final del congreso de Manaos, se hizo una reunión de los miembros de la red, en donde se llevó a cabo un balance de la misma, a cuatro años de su constitución. En términos generales, se vislumbró la necesidad de ampliar las actividades de la RESE, hoy enfocadas fundamentalmente en la realización de eventos y publicaciones, a los ámbitos de la investigación, la formación y la vinculación con movimientos sociales. En el primer caso es deseable que se pueda avanzar en la formulación y realización de investigaciones conjuntas, que permitan efectuar análisis comparados en clave socioespacial. En el segundo caso, las

alternativas son varias, no necesariamente excluyentes: desarrollo de posgrados conjuntos, movilidad de docentes y estudiantes para garantizar su participación en cursos y pasantías y mayor participación de los miembros de la red como asesores y evaluadores de tesis. En tercer lugar, es necesario transformar aún más los formatos de los congresos y eventos que realiza la Red, en la perspectiva de maximizar la idea de los laboratorios urbanos para incluir las percepciones y concepciones de los habitantes locales y hacerlos partícipes de los estudios, reflexiones y conclusiones que en cada caso se logren.

Finalmente, el mapa actual de las relaciones entre los nodos de RESE indica que éstas se han establecido fundamentalmente de facto, mediante la participación de sus miembros en eventos, publicaciones y cursos. Si bien es cierto que ya se encuentran establecidos algunos convenios de cooperación interinstitucional, se identifica claramente la necesidad de reforzar las relaciones existentes, reactivar las que se han debilitado y ampliar la RESE a otros nodos. Actualmente la RESE es coordinada desde el Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia, en donde tienen lugar dos dinámicas que retroalimentan permanentemente el campo de referencia: las investigaciones del Grupo Estudios del Territorio (GARCÍA Y ARAMBURO, 2009) y la formación de posgrado que ofrece la Maestría en estudios Socioespaciales. La RESE está compuesta por investigadores pertenecientes a universidades y centros de investigación de Brasil, Colombia, España, Estados Unidos y Uruguay (ver Tabla 1).

País	Centro o Universidad	Contactos	Correo
Brasil	Universidad Federal del Amazonas, Departamento de Antropología	José Exequiel Basini	lupusesteparium@hotmail.com
		Alfredo Wagner	awager@ufam.edu.br
	Universidad de São Paulo, Departamento de Arquitectura y Urbanismo de la Escuela de Ingeniería de São Carlos	Cibele Saliba Rizek	cibelesr@uol.com.br
		Manoel Rodrigues Albes	mra@sc.usp.br
Universidad de Pernambuco, Departamento de Antropología	Renato Athias	renato.athias@gmail.com	

Colombia	Universidad de Antioquia, Instituto de Estudios Regionales, INER	Vladimir Montoya Arango	vladimir@iner.udea.edu.co
		Carlo Emilio Piazzini Suárez	cepiazzini@gmail.com
	Universidad Nacional de Colombia-Sede Medellín, Facultad de Arquitectura	Luis Carlos Agudelo Patiño	lcagudel@unalmed.edu.co
	Pontificia Universidad Javeriana	Santiago Castro Gómez	scastr@javeriana.edu.co
		Amalia Boyer	amaliaboyer@yahoo.com
Instituto Colombiano de Antropología e Historia, ICANH	Fernando Montejo	fmontejo@icanh.gov.co	
España	Universidad de Sevilla, Escuela Técnica Superior de Arquitectura	Carlos Tapia Marin	tava@us.es
		Carmen Guerra de Hoyos	cguerrah@us.es
		Mariano Pérez Humanes	marianoperez@us.es
	Universidad Nacional de Educación a Distancia	Luis Alfonso Camarero Rioja	lcamarero@poli.uned.es
		Luis Castro Nogueira	lcastro@poli.uned.es
		Emmanuel Lizcano	elizcano@poli.uned.es
	Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Sociología	Heriberto Cairo Carou	hcairoca@cps.ucm.es
	Universidad Pública de Navarra	Jesús Oliva Serrano	jos@unavarra.es
Josetxo Beriain Razquín		josetxo@unavarra.es	
Instituto de Desarrollo Regional de Andalucía	¿??		
Estados Unidos	Florida International University, Department of Global & Sociocultural Studies	Ulrich Oslender	uoslende@fiu.edu
	University of California-Los Angeles	John Agnew	jagnew@geog.ucla.edu
Uruguay	Universidad de la República, Departamento de Antropología.	Nicolás Guigou	lelionicolas.guigou@gmail.com

Tabla 1. Nodos de la Red de Estudios Socioespaciales-RESE

BIBLIOGRAFÍA

AGNEW, John. The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. En: *Review of International Political Economy*, 1 (1): 1994. p. 53-80.

_____. *Geopolitics: Re-Visioning World Politics*. New York: Routledge, 2003.

_____. Know-Where: Geographies of Knowledge of World Politics. En: *International Political Sociology* 1, 2007. p. 138-148.

AUGÉ, Marc. *Los “no lugares”, espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Gedisa, 2000.

CAIRO, Heriberto. Transformaciones de la geopolítica y la biopolítica de la soberanía: soberanía restringida y neoprotectorados formales. En: Emilio Piazzini y Vladimir Montoya eds. *Geopolíticas: espacios de poder y poder de los espacios*. Medellín: Editorial La Carreta-Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia. 2008. p. 71-88.

FOREIGN POLICY. *The 2008 Global Cities Index*. Noviembre/Diciembre de 2008.

FOUCAULT, Michel. Of Other Spaces. En: *Diacritics* 16 (1): 1986. p. 22-27.

GARCÍA, Clara Inés y CLARA ARAMBURO. *Universos socioespaciales. Procedencias y destinos*. Medellín: Siglo del Hombre Editores-Iner de la Universidad de Antioquia. eds. 2009.

GUERRA, Carmen, Mariano Pérez y Carlos Tapia coord. *El presente de los Procesos Socioespaciales, soportes para lo común e identitario*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2009.

_____. *El Territorio como “demo”: demo(a)grafías, demo(a)cracias y epidemias*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2011.

_____. *Temporalidades contemporáneas: incluido el pasado en el presente*. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico PH Cuadernos 29, 2012.

GOTTDIENER, Mark. *The Social Production of Urban Space*. Austin: University of Texas Press, 1985/1995.

GOTTDIENER, Mark. A Marx for Our Time: Henri Lefebvre and the Production of Space. *Sociological Theory*, 11 (1) : 1993. p. 129-134.

HARVEY, David. *The condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell, 1989.

_____. Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination. En: *Annals of the Association of American Geographers*, 80 (3): 1990. p. 418-434.

HERRERA, Diego y Emilio Piazzini. *(Des)territorialidades y (No)lugares: procesos de configuración y transformación social del espacio*. Medellín: Editorial La Carreta-Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia. eds. 2006.

Internal Displacement Monitoring Centre-IDMC. *Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2010*. Ginebra: IDMC- Norwegian Refugee Council, 2011.

LATOUR, Bruno. *We Have Never Been Modern*. Brighton: Harvester Wheatsheaf, 1993.

_____. *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 108.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publisher, 1991. p. 28.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. En: Alimonda, Héctor ed. *Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 21-39.

MASSEY, Doreen. Space-Time, 'Science' and the Relationship between Physical Geography and Human Geography. En: *Transactions of the Institute of British Geographers*, 24 (3): 1999. p. 261–276.

MAY, Jon y Nigel Thrift. Introduction. En: May, Jon y Nigel Thrift, eds. *Timespace: Geographies of Temporality (Critical Geographies)*. New York/London: Routledge, 2001. p. 1-46.

MIGNOLO, Walter. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. En: *South Atlantic Quarterly* 101 (1): 2002. p. 56-96.

_____. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

Ó TUATHAIL, Gearoid. Postmodern Geopolitics? The Modern Geopolitical Imagination and Beyond. En: G. Ó Tuathail y S. Dalby Eds. *Rethinking Geopolitics*. New York: Routledge, 1998. p. 16-38.

PARDO, José Luis. *Las formas de la exterioridad*. Valencia: Pre-textos, 1992.

PIAZZINI, Emilio. Los estudios socioespaciales: hacia una agenda de investigación transdisciplinaria. En: *Region Es* 2: 2004. p. 151-172.

PIAZZINI, Emilio y Vladimir Montoya. *Geopolíticas: espacios de poder y poder de los espacios*. Medellín: Editorial La Carreta-Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia. eds., 2008.

SANTOS, Milton. *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo, razón y emoción*. Barcelona: Ariel, 2000.

SHAPIN, Steven. "Placing the View from Nowhere: historical and sociological problems in the locations of science" En: *Transactions of the Institute of British Geographers* 23: 1998. p. 1-8.

SMITH, Neil. The production of nature. En: Harald Bauder y Salvatore Engel-Di Mauro eds. *Critical Geographies: A Collection of Readings*. Kelowna: Praxis (e)Press. 1994/2008. p. 368-401.

SOJA, Edward. *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres/Nueva York: Verso, 1989.

United Nations Population Fund-UNFPA. *State of world population 2007. Unleashing the Potential of Urban Growth*. New York: UNFPA, 2007.

_____. *State of World Population 2011. People and possibilities in a world of 7 billion*. New York: UNFPA, 2011.

VIRILIO, Paul. *The Information Bomb*. Londres: Verso, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. The time of space and the space of time: the future of social science. En: *Political Geography*, 17 (1): 1998. p. 71-82.

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SÓCIOESPACIAIS, I Circular do congresso (versão eletrônica e impressa para divulgação), Manaus, 2011.

SITES:

GUERRA, Carmen. *Mapeado de publicaciones de la Red de Estudios Socioespaciales*. Sevilla: Grupo Out_arquías, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Sevilla. Disponible en: <<http://www.unomasarquitecturas.es/wp-content/uploads/2011/10/mapa-completo-v3.swf>> Acceso en: 2011.

OAKLAND INSTITUTE. *Understanding Land Investment Deals in Africa. FAQs on Food Security & Western Investors*. Oakland: Oakland Institute. Disponible en: <http://www.oaklandinstitute.org/faqs-food-security-western-investors>. Acceso: 2011.

Geopolítica(s). *Revista de estudios sobre espacio y poder*. vol. 1, núm. 1, p. 11-13, 2010. Disponible: <<http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP>> Acceso en: 2010.